

UMA HISTÓRIA DOS SUBÚRBIOS

Catherine Wihtol de Wenden

Introdução

Os acontecimentos do Outono de 2005 em França não foram um epifenómeno. Sublinha-o, além da sua dimensão lúdica e da sua violência, o interesse que suscitaram em muitos países. Tais acontecimentos inscrevem-se aliás no longo historial das políticas públicas aplicadas em França às periferias urbanas, à integração e à luta contra a exclusão de actores locais, bem como na história das mobilizações motivadas pelo desemprego e a exclusão. Mais profundamente, remetem para uma ou várias rupturas ocorridas na sociedade francesa, onde existe o sentimento difuso de que os cidadãos dos subúrbios (jovens, pobres, oriundos da imigração) não são todos cidadãos como os demais (por serem vistos como desempregados, delinquentes e muçulmanos), ao mesmo tempo que estes últimos nutrem por vezes algum ódio a esta sociedade, que neles causa ressentimentos. As ocorrências de 2005 resultam também de trinta anos de sedentarização das populações imigradas e dos seus descendentes, de medidas de acompanhamento, com os seus sucessos e fracassos, de momentos vigorosos e de crises, à luz do modelo republicano, do sentimento de insegurança e do rápido incremento da extrema-direita. Por último, deve também ter-se em conta aquilo que tais acontecimentos não sugerem à primeira vista: a ascensão social dos filhos de operários (amiúde analfabetos) que se tornaram “colarinhos brancos”, a promoção média mas pouco visível, resultante de percursos de sucesso registados nos subúrbios, a criatividade decorrente do caldeamento social e cultural que se tornou parte integrante da cultura popular e jovem (língua, música, teatro, desporto) — em suma, a forma como estes novos franceses se encaram, muito longe do pretensu comunitarismo onde a opinião pública por vezes os encerra.

Os termos usados servem muitas vezes para lembrar os contornos imprecisos desta realidade social. No respeitante aos lugares dos acontecimentos, esses termos são os seguintes: subúrbios (noção distinta de arrabalde), zona periférica,¹ bairros-de-lata, grandes blocos de prédios uniformes. Os seus habitantes surgem como suspeitos, inclusive no discurso dos presidentes da República e dos ministros, vendo-se acusados de poligamia, no caso dos africanos (por Valéry Giscard d’Estaing), de causarem nocividades como os “maus cheiros” (por Jacques Chirac), tendo mesmo sido apresentados como “selvagens” e posteriormente como “escumalha” pelos ministros do Interior Jean-Pierre Chevènement e Nicolas Sarkozy;

1 A expressão *zone*, cuja origem remonta a um território militar que se estendia para além das antigas fortificações de Paris, em terrenos não edificáveis e no qual vivia uma população marginal, designa os espaços situados na periferia de uma cidade, subúrbios mal edificadas onde as condições de vida são bastante medíocres. O calão popular *c’est la zone*, decorrente dessas circunstâncias, remete para situações de pobreza e grandes dificuldades. (*N. da T.*)

François Mitterrand falou a seu respeito de “limiar de tolerância”, Michel Rocard de “miséria do mundo”. Quanto ao termo *integração*, que começou por ser usado na Argélia colonial, este foi redescoberto em 1974 pelo então novo secretário de estado da Imigração, Paul Dijoud, para constituir o novo objectivo da política de imigração, ao fim de várias décadas de assimilação e de um breve período onde se falou de inserção, pressupondo a aprendizagem mínima dos modos de vida franceses para os imigrantes entrarem no mercado de trabalho. Os critérios de *integração* foram objecto de acesas polémicas, mais políticas do que científicas, preferindo-se hoje a esse conceito a expressão “viver juntos”.

Por conseguinte, três períodos pontuam esses trinta anos de história dos subúrbios confrontados com a imigração: 1974-1983, do fim da imigração laboral à marcha dos *beurs*;² 1984-1995, da efervescência das expressões cívicas dos jovens dos subúrbios à ameaça terrorista islâmica; 1996-2006, onde vemos estes novos franceses rejeitarem o benefício dos ideais republicanos que frequentemente lhes foram lembrados. Cada período tem a caracterizá-lo um contexto urbano, actores e mobilizações distintos.

1974-1983: do fim da imigração laboral à marcha dos *beurs*

Ao passo que nos anos 50 se pretendeu modernizar a sociedade francesa através do urbanismo, com base na construção de grandes blocos de prédios onde habitariam quadros e operários nas mesmas condições modernas de conforto, nos anos 70 tornou-se visível que a utopia da mescla social soçobrava na exclusão. Mas as políticas que se seguiram agravaram ainda mais essa tendência. Os subúrbios, e em particular os subúrbios parisienses, tornaram-se o símbolo da crise social e do malogro do urbanismo triunfante dos “gloriosos trinta anos” (1945-1975) de crescimento da economia francesa. Como chegámos a esse ponto?

Segundo lembra a historiadora dos subúrbios Annie Fourcaut,³ na “Idade Média, a palavra subúrbio significava o território, com cerca de uma légua, situado em redor da cidade, sobre o qual se estendia a jurisdição cidadina e o seu direito de banimento (...). A partir da Revolução Industrial, o subúrbio tornou-se um novo tipo de paisagem, criado pela imersão na urbanização e na industrialização dos elos rurais preexistentes. Hoje em dia, este termo jurídico, posteriormente geográfico, adquiriu conteúdo simbólico, tendo-se tornado uma área de grande incerteza e de tensões, particularmente no que diz respeito aos subúrbios parisienses”. Por volta de 1860, o subúrbio parisiense situava-se entre o arrabalde e a zona periférica, para lá das fortificações e da portela alfandegária municipal. A partir de 1880-1890, o subúrbio autonomizou-se mas, quer fosse popular ou burguês, foi mais ou menos assimilado à “zona”, à área não edificável, “dependente da obrigação militar ao

2 Deformação do calão *rebeu* (árabe), através da inversão silábica (*beur*) utilizada na linguagem codificada chamada *verlan* (às avessas). *Beur* designa o jovem de origem magrebina nascido em França de pais imigrantes. (N. da T.)

3 Fourcaut (1993).

‘direito’ das fortificações”, que se convertera numa cintura em redor de Paris, onde viviam operários desclassificados, prostitutas, imigrantes, trapeiros, arraia-miúda, vadios e malfeitores, uma população que Aristide Bruant tão bem descreveu nas suas canções. No período entre as duas guerras mundiais, alguns urbanistas conceberam bairros ajardinados e hortas operárias, levando a cabo nalguns subúrbios experiências sociais e arquitectónicas. Em 1936, a Frente Popular contribuiu para reabilitar a imagem do subúrbio, fortalecida pelo Partido Comunista, que progressivamente foi tendo implantação municipal. Após a Segunda Guerra Mundial, a persistência do higienismo nos projectos de habitat popular, aliada à influência soviética nos subúrbios comunistas (até 1947, o ministro da Habitação foi um comunista, durante a governação tripartida da Quarta República), contribuiu sem dúvida para a edificação das HLM⁴ do pós-guerra. Mas nesse tempo a crise da habitação era de tal ordem que se desenvolveram outras formas de habitat, mais precárias, entre uma numerosa imigração.

Podemos lembrar algumas imagens: os bairros-de-lata de Nanterre e Champigny (o maior bairro-de-lata de França), nos subúrbios de Paris, os dos subúrbios de Lyon ou o do Dique dos Franceses, em Nice; o Abade Pierre, que chamou a atenção da opinião pública para a miséria e para a crise da habitação; o movimento ATD Quarto Mundo, do Padre Joseph Wresinski,⁵ criado nos bairros-de-lata em redor de Pierrelaye. Nessas construções improvisadas que rodeavam as grandes cidades francesas dos anos 60, moravam magrebinos, portugueses⁶ (já o esquecemos) e franceses do “quarto mundo” (famílias francesas dessocializadas, por vezes ao longo de várias gerações), sem água nem electricidade, no meio da lama e na promiscuidade. Os seus habitantes trabalhavam frequentemente em fábricas ou nos estaleiros de construção de HLM que não lhes eram destinadas, confrontados com a crise da habitação que então grassava e por vezes também com a situação de clandestinidade da sua estada num país estrangeiro, o que não facilitava o seu alojamento em centros sociais, sobretudo aos que tinham família. Nesses lugares surgiram por vezes solidariedades e militância, a ponto de criarem resistências à eliminação dos bairros-de-lata, inscrita em 1969 na agenda política pelo primeiro-ministro Jacques Chaban-Delmas.⁷ Os trabalhadores isolados e com a sua situação regularizada moravam também em centros para trabalhadores estrangeiros (entre os quais os da Sonacotra), muitas vezes financiados pelo Fundo de Acção Social (FAS), criado em 1959 (de cujo orçamento lhes foram atribuídos 50%), e nos bairros degradados dos centros das cidades. Aos bairros-de-lata irão suceder os bairros de trânsito, alojamentos provisórios destinados os imigrantes e ao Quarto Mundo, sendo as HLM ocupadas pelos operários franceses e pelos jovens das classes médias, como em Sarcelles,⁸ na região parisiense. Muitos

4 Sigla de habitação de renda moderada, prédios construídos por iniciativa dos poderes públicos e destinados às famílias de rendimentos modestos. (*N. da T.*)

5 Aide à Toute Détresse — Quart Monde, organização internacional não governamental criada em 1957 para lutar contra a grande pobreza e a exclusão social. (*N. da T.*)

6 Volovitch-Tavares (1995).

7 Hervo e Charras (1968).

8 Os novos bairros da cidade de Sarcelles, de prédios altos, uniformes e alinhados, tornaram-se em França o símbolo do urbanismo hostil. (*N. da T.*)

saem desses prédios (chamados *torres*) logo que podem comprar casa, graças a uma política promotora, nesse tempo, da construção de novas habitações, tendo em conta que a “sarcelite”, como então se dizia, causava estados depressivos que exprimiam a dificuldade de as pessoas viverem nos grandes blocos de prédios uniformes.⁹ Esses edifícios em betão, construídos à pressa, concebidos por jovens arquitectos por vezes inspirados nas ideias de Le Corbusier, tornaram-se cidades dormitórios, porque muitas das obras previstas (como em Chanteloup-les-Vignes, onde um escândalo imobiliário, o caso Aranda, indivíduo próximo do ministro da Habitação da altura, pôs fim aos projectos de ordenamento complementares) nunca chegaram a ser feitas. Esses prédios propunham luz, higiene e conforto moderno mas eram concebidos para uma população equipada com automóveis, faltando amiúde transportes públicos nesses bairros, implantados em terrenos rurais. No período de governação de Georges Pompidou, foi esse o grande ideal do reino absoluto do automóvel. Devido ao urbanismo triunfante dos grandes blocos de prédios, ao início do ordenamento do território e ao advento de novas cidades (Evry, Créteil, St. Quentin-en-Yvelines, Cergy), as periferias das grandes metrópoles passaram a ficar rodeadas desses blocos de prédios. As HLM, progressivamente abandonadas pelos quadros médios e outros idealistas da mescla do habitat que começaram a fugir desses subúrbios, foram aos poucos ocupadas pelas amplas famílias de imigrantes, que passaram a coabitar com operários idosos e franceses em vias de dessocialização, porque o fim da imigração laboral, em 1974, teve como efeito acelerar o reagrupamento familiar, designadamente entre os magrebinos. Importa porém sublinhar que nem todos os imigrantes habitavam nos subúrbios. Como os centros das cidades, antigos e degradados, passaram a ser objecto de renovação e se foram aburguesando, a sua população imigrante foi sendo repelida para as zonas periféricas, excepto nalguns municípios que decidiram, como em Grenoble (por iniciativa do seu autarca, Jean-Jacques Dubedout), reabilitar os prédios antigos mantendo a população no local, como no bairro dos Très Cloîtres, do centro da cidade.

Puteaux, um exemplo, nos anos 70: algumas recordações relativas a este período permitem compreender a rápida evolução da população suburbana. Nos anos 70, Puteaux, cidade situada na área parisiense onde depois surgiram os altos edifícios do bairro de negócios de La Défense, tinha um habitat de classes médias e um subúrbio operário pobre, ao longo do rio Sena, onde antigas oficinas e entrepostos, já meio abandonados, coexistiam com modestas casas baixas, em ruelas de traçado por vezes impreciso. Os seus moradores eram operários franceses idosos e imigrantes magrebinos muito discretos; estes tentavam passar despercebidos, frequentavam cursos de alfabetização ou associações de trabalhadores (associações militantes empenhadas e outras oriundas do país de origem), bem como cafés geridos por compatriotas. Muitos trabalhavam por turnos, saíam pouco de casa, mobilizavam-se ocasionalmente pelo reconhecimento dos seus direitos laborais e por vezes contra o regime político do seu país, como no caso dos marroquinos, espanhóis ou portugueses. Os transeuntes, inclusive europeus, não sentiam nesses

9 Zehraoui (1992).

lugares insegurança nenhuma. O Islão, exceptuando alguns praticantes isolados¹⁰ e o período do Ramadão, era ali invisível.

A maior parte dos sociólogos analisava esta população imigrante com base na sua pertença, próxima ou longínqua, à classe operária, segundo esquemas marxistas, mesclados de culturalismo por referência ao meio rural de origem, pensando os políticos e o patronato que esses imigrantes, vindos para França como mão-de-obra pouco qualificada, regressariam aos seus respectivos países depois da crise de 1973. Quanto à imprensa, esta condenava os “negociantes de sono” (os senhorios) e tomava regularmente partido em defesa dos imigrantes em situação irregular ou contra a sua expulsão dos locais de residência ou do território francês, com o apoio da opinião pública. Em 1974, André Postel-Vinay, o primeiro secretário de estado da Imigração nomeado por Valéry Giscard d’Estaing, demitiu-se ao fim de um mês (depois de em Julho de 1974 ter tomado a decisão de suspender os fluxos de mão-de-obra estrangeira assalariada), por considerar que o seu orçamento era insuficiente para levar a cabo uma política de alojamento dos imigrantes. Entre os debates da época, a análise dos custos e benefícios da imigração¹¹ atinge o clímax, seguindo-se, a partir de 1977, por influência do secretário de estado do Trabalho, Lionel Stoleru, fervorosos debates sobre o regresso dos imigrantes aos seus países, ficando depois na ordem do dia, em 1980, a importância atribuída às culturas de origem dos imigrantes. A questão dos centros destinados ao alojamento dos trabalhadores imigrantes ainda então prevalece sobre o alojamento das famílias nos subúrbios de apartamentos de renda moderada.

A segunda geração dos anos 80

O fenómeno das “segundas gerações” está associado ao estabelecimento a longo prazo, ou mesmo definitivo, dos imigrantes, que precedeu mas sobretudo se seguiu à suspensão, em Julho de 1974, da imigração de trabalhadores assalariados. Difíceis de nomear (Abdelmalek Sayad chamou-lhes “filhos ilegítimos”), de contabilizar (nessa altura, muitos ignoravam se eram franceses ou estrangeiros e encaravam com relutância a ideia de obter a nacionalidade francesa, receando chocar os pais, por vezes ex-combatentes pela independência do seu país), bem como de se definirem a si próprios, começaram a exprimir-se na praça pública nos subúrbios de Lyon, no início dos anos 80 (incidentes violentos no bairro das Minguettes, em 1981, em Vénissieux, em Villeurbanne e Vaulx-en-Velin). Vítimas de abusos policiais que consideraram impunes (com mortos após as intervenções da polícia, entre os quais crianças), de condenações a penas duplas (expulsão para o país de origem dos delinquentes que já tinham cumprido pena em França), militaram pela igualdade de direitos, apoiados pelo Padre Delorme, por associações como os JALB (Jovens Árabes de Lyon e Arredores, dirigidos por Djidda Tazdaït) e por grupos de

10 No seu livro *L’Établi* (1977), Daniel Linhart cita todavia o caso de um argelino que rezava às escondidas na oficina, atrás duns caixotes de papelão.

11 Pors (1977).

teatro de rua. Aos poucos, foram denunciando a “galera”¹² e o “ódio”¹³ que grassavam nos subúrbios: uma espiral de discriminações, bairros que eram guetos, um desemprego maciço resultante da desindustrialização, violências.

No início dos anos 80, alguns de entre eles, na região parisiense, passaram a definir-se como *beurs* (termo de *verlan*, que inverte as sílabas: *arabe* dá *rebe* e depois *beur*). Ser *beur* é ser jovem, mestiço, ter um *look* de subúrbio e na moda (roupas de marca, *rock*, desporto). O *verlan* é também uma linguagem, são romances... *beurs*, rádios livres (rádio *beur*), filmes que ponham em cena a saga dos subúrbios, as crises de identidade, as mobilizações colectivas muitas vezes na sequência da morte de um deles, os conflitos entre as gerações. E é também, para uma elite, a inserção no movimento associativo cívico e a esperança da evolução eventual para o plano político. A marcha dos *beurs*, que partiu de Marselha, chegando a Paris em 1 Dezembro de 1983, primeiro à praça da Bastilha e depois ao palácio do Eliseu, sede da Presidência da República, cujos protagonistas foram recebidos por François Mitterrand, ilustra esse movimento de esperança. As palavras de ordem anunciavam uma “marcha pela igualdade de direitos e contra as discriminações”. O reconhecimento do direito de associação para os estrangeiros em condições iguais às dos cidadãos franceses (lei de 1901), concedido pela esquerda em 1981 (mas os direitos políticos locais para os estrangeiros, que também faziam parte das 101 propostas do Partido Socialista, foram protelados *sine die*), irá começar a surtir efeito através de uma efervescência associativa cívica, mas também muçulmana.

A conquista de novos direitos

O fim dos anos 70 e o início dos anos 80 foram palco de muitas formas de militância. Os estrangeiros, que se consideravam excluídos do espaço político em França, militaram noutras frentes: greves na indústria (como o célebre conflito na empresa Penaroya, em 1972), nos centros de alojamento de imigrantes (nas reivindicações formuladas no longo conflito da Sonacotra, que durou de 1976 a 1981, surgiu a exigência de locais de oração nessas residências).¹⁴ As causas são a reclamação da igualdade de direitos sociais e sindicais para os estrangeiros no interior das empresas (obtida em 1975), a representação política a nível local (consulta e participação electiva ou deliberativa nas câmaras municipais, direito de voto e elegibilidade para as autarquias dos estrangeiros residentes), a regularização dos trabalhadores indocumentados (inúmeras greves de fome pontuaram o período entre 1974 e 1981), o fim dos despejos de moradores (motivados pela renovação e supressão de casebres e bairros-de-lata). Aos poucos, os pais estabeleceram-se, acalentando ainda a ideia do regresso ao país natal, e foram-se definindo como residentes nos seus novos bairros, ao mesmo tempo que os seus filhos se socializaram em França, identificando-se com os seus respectivos territórios e neles reivindicando o direito à igualdade. Ninguém falava ainda de cidadania mas surgiram novas formas de mobilização, por vezes desviantes, que tiveram os subúrbios como

12 Wenden (1983).

13 Ilustrado pelo filme de Matthieu Kassowitz, *La Haine* (O Ódio).

14 Wenden (1988b).

palco: agitação urbana, greves de fome, militância associativa, experiências culturais. A delinquência e a droga também estavam presentes, mas dessas falava-se pouco. A mais importante conquista dos jovens foi o cartão de residente por dez anos, concedido em 1984, com base na estada anterior e não no emprego. As outras reivindicações não surtiram efeito.

1984-1995: do cartão de residência por dez anos aos atentados terroristas

Dos grandes blocos de prédios aos subúrbios

O período que então se anuncia começa com o crescimento potencial do movimento *beur*, que valoriza os subúrbios e cujo desfecho são os atentados terroristas de 1995. A imagem dos subúrbios ensombra os anos 90, onde se perfilam novas classes “perigosas”, que agora já nem sempre são classes laboriosas. No debate público, começam a surgir termos como redes, etnicidade, comunidades, sentimentos securitários, termos esses cujo sentido nem sempre é claro e têm como pano de fundo o fascínio-repulsão por um pretensão modelo anglo-saxónico. Os subúrbios têm uma história, a da periferia, da “zona”, da cultura do pobre, da cintura vermelha,¹⁵ dos bairros-de-lata, dos municípios comunistas, da imigração e, por último, dos *beurs*, termo muito em voga nesse período. Todas estas imagens se vão aos poucos misturando, visto a história acontecer sucessivamente num mesmo lugar. Essa história, estigmatizada em torno de uma nova fronteira onde a luta de classes teria dado lugar a uma barreira étnica, torna-se indissociável de uma cultura jovem, mestiça, integrada culturalmente mas não economicamente. De tudo isso emerge então uma memória colectiva, feita da memorização dos crimes securitários (uma espécie de imposto do sangue), de identificação ao território e de “raiva”, cuja expressão é a violência urbana (tumultos, em 1990, no bairro de Mas du Taureau, em Vaulx-en-Velin, incidentes, em 1991, no bairro de Val Fourré, em Mantes-la-Jolie). A maior parte dos amotinados não quer mudar de bairro, quer que o seu bairro mude. O processo de identificação com o bairro operário já não funciona, inclusive na geração dos pais.

As primeiras experiências da política da cidade postas em aplicação em 1982 e a descentralização conduzida por Gaston Defferre, então ministro do Interior, levaram à valorização da democracia local. Pensa-se nessa altura que a simples participação dos habitantes na vida da cidade permitirá transformar a relação do território com a sua população, bem como a sua condição social. Os primeiros responsáveis pelo projecto têm uma trajectória militante, pensando os arquitectos e urbanistas que ao transformar-se a forma urbana se podem transformar as relações sociais (é esse o objectivo do projecto Banlieues 89, associação criada pelos arquitectos

15 Designação atribuída à implantação operária do Partido Comunista Francês em redor de Paris, em particular às autarquias por ele lideradas. (*N. da T.*)

Roland Castro e Michel Cantal-Dupart, que pretendem promover a cidadania na cidade e fazer dos subúrbios um espaço de reflexão). Alguns chegam a perspectivar a eventual destruição dos grandes blocos de prédios. Outros consideram que se podem transformar os bairros da exclusão em bairros com qualidades positivas, graças à mestiçagem, ao movimento social, à prevenção e à solidariedade. Mas a participação é sempre evocada de forma muito vaga, por haver uma grande desconfiança em relação ao comunitarismo. A democracia local, que adquiriu uma importância crescente, como em Grenoble a partir das eleições municipais de 1977, vai-se esgotando aos poucos nos subúrbios mas conta ainda com muitos adeptos. Todas essas ambiguidades explicam a estagnação da questão urbana, confrontada com uma população empobrecida pela crise.

Ao mesmo tempo, desde a ascensão da Frente Nacional nas eleições municipais de 1983, o racismo desenvolveu-se a céu aberto. O olhar do Outro é essencial na fabricação do racismo vulgar, encerrando os indivíduos na definição étnica de um grupo que os submete a uma residência identitária e geográfica,¹⁶ definindo-se os demais como franceses “de cepa”, numa referência à etnicidade em contradição com o modelo francês de cidadania. Os “hittistas” (jovens que permanecem o dia inteiro junto às paredes dos prédios onde moram) consideram que a sua vida é ali onde se encontram, feita de biscates e de pequenos tráficos, sem se atreverem a afrontar a capital ou a grande cidade, um outro mundo. Os pais, com frequência no desemprego, demitem-se por vezes das suas funções, as famílias monoparentais desenvolvem-se, outras refugiam-se em valores privados, reforçando a tradição como a conheceram no país de origem, quando de facto essa tradição evoluiu entretanto sem eles se aperceberem. É a “vida difícil” dos isolados que continuam a morar em centros de alojamento, dos pais saudosos de um país aonde não hão-de voltar, a “galera” dos jovens. Entre os vizinhos oriundos do mundo operário francês, a crise de identidade profissional, o medo da desclassificação social e o receio duma modernidade que os exclui, leva-os, por sua vez, a um mal-estar que pode traduzir-se no alcoolismo ou no uso de armas, com o exaspero do conflito de gerações a ajudar. Forma-se então uma cultura de clãs, por vezes com um tribalismo de bairro, um “nacionalismo de vão de escada”, como refere Adil Jazouli.¹⁷ O sindicalismo e os movimentos sociais associativos desapareceram muitas vezes destes sítios, sendo até possível que certos interlocutores tenham procurado levar à degradação das coisas.

A militância cívica dos anos 70-80 serviu por vezes para dissimular carências: apoio escolar e criação, em 1983, por Alain Savary, ministro da Educação, das ZEP (zonas de educação prioritária, uma forma de discriminação positiva, baseada em critérios sociais e não étnicos, aplicada nos bairros difíceis), animação, prevenção da delinquência juvenil, com o relatório de Gilbert Bonnemaïson, em 1982, que inspirou a política de desenvolvimento social dos bairros encetada em 1989 e caracterizada por uma gestão territorializada das políticas urbanas. A abordagem de

16 Wieviorka (1992).

17 Jazouli (1993).

parcerias com as câmaras municipais dos bairros ditos “sensíveis” dará origem, em 1990, à política da Cidade, uma excepção francesa, com um ministério do mesmo nome, cujo segundo titular será Bernard Tapie.¹⁸ O sentimento de insegurança que aqui e ali assola os habitantes desses bairros reflecte-se igualmente no exterior, porque o bairro é também um abrigo; daí, aliás, o êxito das propostas de ressocialização comunitária, provenientes de religiosos muçulmanos, da Frente Nacional ou de associações cívicas. Entretanto, o êxito da Frente Nacional nas eleições municipais criou uma nova situação: a imigração passou a ser estigmatizada como responsável de muitos males, a legitimidade da sua presença foi posta em causa, a identidade francesa viu-se questionada,¹⁹ o Islão foi fustigado. A miséria social, a degradação das relações no seio da família e o surgimento de famílias monoparentais não favorecem a emergência de projectos. Quanto às respostas institucionais, estas continuam a basear-se em valores vacilantes: serão as solidariedades comunitárias criadoras de uma melhor adaptação à sociedade de acolhimento? Ou poderão elas, pelo contrário, ameaçar o modelo integrador da cidadania francesa? Os subúrbios tornaram-se um vasto campo de reflexão. Autarquias de todas as cores políticas tentam impor quotas de imigrantes (como havia sido feito nalguns subúrbios comunistas, em 1981, em Montigny e Vitry), outras valorizam a diversidade fidelizando mediadores oriundos da imigração, umas vezes bombeiros pirómanos, outras vezes considerados traidores pelos seus homólogos. As soluções propostas vão da reabilitação dos bairros de apartamentos de renda moderada ao desenvolvimento da cidadania de proximidade. O “problema” foi circunscrito. Mas nem por isso ficou resolvido.

Emergência do Islão

Na vida quotidiana, o Islão começou a tornar-se visível a partir dos conflitos laborais no sector automóvel, nos anos 1983-84. As fábricas Citroën, Talbot e Renault foram palco de greves operárias em que se confundiram reivindicações sectoriais e religiosas, conduzidas por líderes imigrantes muçulmanos (apoiados pelos sindicatos, incluindo a CGT) que por vezes se serviram da instância religiosa para ocupar o terreno dos conflitos laborais, obtendo a lealdade dos imãs e chamando a si os méritos das salas de culto; surgiu a exigência de salas de oração nas oficinas, bem como de pausas durante o Ramadão, com o Islão a tornar-se fermento de reivindicação.²⁰ Um desses líderes, Aka Ghazi, tornar-se-á deputado no parlamento marroquino. Livrarias muçulmanas, cassetes de prédicas, emissões de rádio e locais de culto surgem nos bairros de imigrantes do centro das cidades (como os da Porte

18 Blanc (2005).

19 Em Novembro de 1985, o *Figaro Magazine* publicou um número intitulado “Ainda seremos franceses daqui a trinta anos?”, tendo-se interrogado o Club de l’Horloge em dois livros de Jean-Yves Le Gallou: *Être Français, Cela se Mérite* (em parceria com Jean-François Jalkh), Paris, Albatros, 1987, e *La Préférence Nationale, Réponse à l’Immigration*, Paris, Albin Michel, 1985. Em 1985, para não deixar à Frente Nacional o monopólio do debate sobre a identidade, a associação Espaces 89, próxima do Partido Socialista, publicou *L’Identité Française*, Paris, Tierce, 1985.

20 Mouriaux e Wenden (1988). Ver também CNRS (1988).

d'Aix, em Marselha, antes da sua reconversão urbana) e nos subúrbios (como a mesquita com minarete de Evry ou a de Mantes-la-Jolie). Ano após ano, o Islão progride, muitas vezes financiado pelos países do Golfo, enriquecidos com os aumentos do preço do petróleo, trazendo consigo uma profusão de imagens inquietantes para a opinião pública, complacentemente veiculadas pelos *media*: salas de oração nas caves dos prédios sociais, fiéis acorados na rua, talhos islâmicos, lojas de pronto-a-vestir muçulmanas, filhos de casais mistos sequestrados pelos pais para o país de origem, jovens e mulheres envergando o véu islâmico, guerras de clãs religiosos nos bairros turcos e curdos de Paris, poligamia e excisão entre os subsarianos. Em 1988, o caso Salman Rushdie, seguido de manifestações de paquistaneses e sobretudo do caso do véu islâmico em 1989, em que a situação de três raparigas, expulsas de um colégio de Creil por usarem esse véu, acentuou o temor da ameaça islâmica. Em 1987 havia em França 650 associações que se declaravam muçulmanas, hoje estima-se que existam cerca de 1. 500.²¹ Enquanto alguns subúrbios da região de Lyon são incendiados, mais por causa do desemprego e da inactividade do que por causa do Islão, outras “segundas gerações” mobilizam-se colectivamente, como os filhos de *harkis*,²² que reclamam indemnizações pelo acontecido aos seus pais após o repatriamento da Argélia. Os *harkis*, relegados para a periferia das cidades, em bairros rebaptizados com base na memória de antigos campos de prisioneiros ou em zonas rurais, em pequenas aldeias do Sueste da França ligadas à actividade florestal (Jouques, Fuveau, Mas Thibert, Logis d'Anne), organizam greves de fome para sensibilizar os poderes públicos para a sua causa, como em Bias, na região do Lot, em 1987.²³ A identidade muçulmana também entre eles está presente, embora mais facilmente se definam como franceses. As associações muçulmanas declaradas sob o regime de 1901 florescem nos subúrbios, propondo salas de oração, o ensino do Islão, apoio escolar e animação desportiva, oferecendo os seus serviços às autarquias para erradicarem a droga dos bairros e contribuírem para a paz social. A primeira guerra do Golfo, em 1991, dá a certos jovens dos subúrbios um recurso identitário ofensivo (com o grito de “Viva Saddam” proferido frente às forças policiais). Mas este período termina com uma nota muito mais grave, a do terrorismo muçulmano, com a onda de atentados no metropolitano periférico da região parisiense, em 1995, e a colocação de uma bomba nos carris do TGV da linha Paris-Lyon, por Khaled Kelkal, um jovem comum dos subúrbios de Lyon, convertido ao islamismo radical quando se sentiu vítima de discriminações no seu percurso escolar.

Esplendores e misérias do movimento beur

Na segunda metade dos anos 80 dá-se o apogeu do movimento *beur*, seguido pelo seu declínio no início dos anos 90. Este movimento, cujo pano de fundo são os

21 Kepel (1987). Ver também Vieillard-Baron (2004).

22 Cidadão de origem argelina que serviu como tropa suplementar, de 1954 a 1962, no exército francês da Argélia. (N. da T.)

23 Roux (1991).

subúrbios, começa por beneficiar do maná financeiro concedido pelo Fundo de Acção Social às associações cívicas. Duas de entre elas são marcantes, embora a paisagem associativa seja muito mais variada: a SOS Racismo e a France Plus, que militam pelos direitos cívicos, o anti-racismo, a cidadania e a igualdade de direitos. Ambas foram criadas quase ao mesmo tempo, no fim de 1984, mas a primeira orienta-se para o direito à diferença e para o multiculturalismo, ao passo que a segunda pugna pelo direito à indiferença e pelos direitos cívicos, nomeadamente pela inscrição dos jovens nas listas eleitorais e pela sua elegibilidade nas eleições municipais de 1989. A festa da “malta amiga”, organizada em 1985 pela SOS Racismo na praça da Concórdia, em Paris, a participação das associações da imigração no bicentenário da Revolução Francesa, em 1989, a eleição de cerca de 150 *beurs*, outros jovens oriundos da imigração ou filhos de *harkis* nas eleições municipais de 1989,²⁴ o grande número de associações cívicas, nacionais ou de bairro, incluindo associações de mulheres (como a EMAF, Expressão Magrebina no Feminino), constituem uma prova de bem sucedida integração das associações mais militantes, de resto cortejadas pelos partidos políticos, tanto de esquerda como de direita.

Questões de sociedade como o longo projecto de reforma do código da nacionalidade (1987-1993) mostraram que as populações de origem imigrante deram provas de uma grande vontade de fazer parte da sociedade francesa, socializadas nos seus bairros e defensoras da reafirmação do “direito do solo”. Recusando-se a ser “franceses no papel” ou “a contragosto”, como sugeriam a Frente Nacional e o Club de l’Horloge, preferiram definir-se como “franceses de outro tipo” e negociar as suas múltiplas pertenças. Muitos descobriram-se então binacionais, mas mobilizaram-se activamente para que a reforma do direito da nacionalidade não limitasse o seu acesso à nacionalidade francesa. Outras figuras vieram a público apoiar a política da Cidade, aplicada a partir de 1990; intermediários culturais e outros irmãos mais velhos dos subúrbios, mediadores entre a base e as cúpulas do estado, entre o “aqui” e o “lá fora” (foram então criadas associações bicéfalas), municipalizaram os seus saberes em parcerias urbanas, mulheres intermediárias procuraram fazer nos bairros a ponte entre modernidade e tradição, empresas étnicas dirigiram-se a uma clientela muçulmana (carne *hallal*, lojas de pronto-a-vestir, salões de beleza muçulmanos) ou mista (restaurantes). Alguns perderam a sua fibra militante nas novas profissões cidadinas, correndo o risco de os seus homólogos de bairro lhes chamarem “árabes para todo o serviço” ou até “traidores”. Outros deram provas de grande criatividade em torno duma redefinição da cidadania: uma cidadania concreta, participativa, dissociada da nacionalidade, enraizada no carácter local dos bairros, valorizando o pluralismo cultural e os ideais da Revolução Francesa (mais na versão da Constituição de 1793 do que na versão de 1789), a que se chamou *nova cidadania* e depois, num tom mais resolutamente virado para os direitos cívicos, *cidadania de residência*.²⁵ Os mais oportunistas ou os mais talentosos puseram o seu saber ao serviço dos partidos políticos de todas as tendências, fazendo

24 Geisser (1997).

25 Associação Mémoire Fertile, de Lille.

entrever como possível a sua capacidade para mobilizar um hipotético voto árabe ou muçulmano graças à sua simples presença e à sua familiaridade com os subúrbios.²⁶ Mas os percursos da “beurguesia”²⁷ revelaram que poucas elites associativas tinham um percurso ideal, típico da criança imigrante dos subúrbios. Os subúrbios, porém, foram úteis a esta corrente, como referência, inspiração, identidade e cultura. Os que pertencem à autêntica linhagem suburbana são com frequência diplomados da universidade ou profissionalizaram-se nas associações que desempenham o papel de recuperação social que a escola não permitiu.

Todavia, a integração evolui, confirmando-o os números:²⁸ deixou de se falar dos portugueses, tão presentes nos bairros-de-lata dos anos 70, e ainda menos dos italianos e dos espanhóis, e dos turcos raramente se fala, apesar das dificuldades de integração com que estes se confrontam (dificuldades linguísticas, recuo comunitário, casamentos combinados, entre os rurais). Um inquérito levado a cabo em 1992 por Michèle Tribalat, num universo de 12. 000 pessoas, revelou, entre os cinco grupos inquiridos, que os argelinos e seus descendentes são provavelmente os mais bem integrados com relação aos critérios adoptados: importância dos casamentos e uniões mistos, redução da prática do Islão, uso do francês na vida privada, habitação em bairros mistos, percursos escolares mais bem sucedidos. Os argelinos, no entanto, esbarram mais na discriminação existente no trabalho, porque a desindustrialização atingiu directamente os pais (indústria automóvel, metalurgia), privando assim os filhos das redes das pequenas empresas onde se inserem portugueses e turcos. As discriminações contratuais e a relutância — por terem sido escolarizados em França — de fazerem os mesmos trabalhos que os seus pais analfabetos, agrava o seu desemprego. Mas a atenção da opinião pública concentra-se nos jovens de origem magrebina e africana, nas populações chamadas “visíveis”.

O fim da década revelou-se mais sombrio: a partir de 1995 o movimento *beur* deixou de agradar às cúpulas do Estado, foi pouco revezado pelos “irmãos mais novos”, desiludidos e convencidos de que os irmãos mais velhos tinham sido “levados”, os bairros concentraram os seus esforços sociais no espaço local e no quotidiano, o financiamento das associações cívicas diminuiu constantemente, substituídas por associações muçulmanas,²⁹ inclusive no espaço dos subúrbios, a agitação urbana continuou, continuando também a violência e as discriminações.

1996-2006: o síndrome securitário

Os subúrbios: incertezas das políticas públicas

Quando das eleições presidenciais de 1995, o candidato Jacques Chirac fez campanha sobre o tema da fractura social: teriam deixado de ser factores de integração a

26 Wenden (2001 e 1988a).

27 Wenden e Leveau (2001).

28 Tribalat (1995).

29 Cesari (1999).

cidadania francesa, fundada no modelo republicano, individualista e laico, o mito da homogeneidade étnica e o tabu da igualdade de direitos? O desemprego persistente nos subúrbios e sobretudo as discriminações no acesso ao emprego, nas orientações escolares, na habitação social, nas relações com a polícia, mantiveram uma parte da população dos subúrbios em situação de exclusão, sujeita às tentações da economia paralela e às promessas do Islão.

As propostas de reislamização vão do fundamentalismo (regresso aos textos do Corão) ao integrismo (de inspiração wahabita, muito presente na Arábia Saudita, ou salafista,³⁰ aderente a um tradicionalismo rigoroso) de associações ou de pregadores. Os mais escolarizados preferem o discurso do Islão simultaneamente moderno e conservador do pregador Tarek Ramadan (para “miúdas *beurs* com o bacharelato e dois anos de estudos superiores”, dizem alguns). Outros recriam uma identidade laica, mas etnicizada através dos “indígenas da república”, misturando a escravatura e a colonização na dívida da França para com eles, na sequência de um apelo lançado em 2005.³¹

Há alguns anos, alguns perguntavam: como se pode ser francês e muçulmano? A essa pergunta muitos responderam com uma resposta duplamente positiva. Para os jovens em busca de valorização identitária, provenientes de famílias praticantes de um islamismo tradicional e rural que ignora os textos corânicos, trata-se de se “tornarem muçulmanos”. A prática regular é escassa (não chega aos 10%), traduzindo-se sobretudo na celebração do Ramadão e, no caso das raparigas, mais praticantes, por vezes na oração. O ataque do 11 de Setembro de 2001 agravou amiúde a imagem do Corão na opinião pública. Alguns jovens dos subúrbios tinham ido para campos de treino na Argélia, depois para o Afeganistão, acabando em Guantánamo muitas vezes sem saber porquê. Zacharias Moussaoui, condenado a prisão perpétua nos Estados Unidos depois de se declarar próximo dos piratas do ar, nasceu nos subúrbios de Toulouse, foi educado à francesa pela mãe e procurou no Reino Unido a sua inspiração religiosa.

Surge assim uma amálgama entre delinquência, islamismo e subúrbios. Em 1997, Jean-Pierre Chevènement, ministro do Interior, denunciou as “incivilidades” dos “jovens selvagens” dos subúrbios; mais tarde, em 2001, os apupos à Marselhesa, por ocasião de um jogo de futebol amigável entre a França e a Argélia, em Saint-Denis (região parisiense), na presença de Elisabeth Guigou, ministra da Solidariedade, ou, em 2002, o atentado falhado contra a Câmara Municipal de Paris, embora fossem actos isolados, deram uma ideia da dissidência em curso. A Frente Nacional foi ganhando pontos nas questões da insegurança, do fracasso da integração, do desemprego dos imigrantes, dos custos sociais da imigração e da delinquência dos jovens,

30 Dos cerca de cinco milhões de muçulmanos que há em França, o salafismo diz respeito a cerca de 5.000 pessoas (ou seja, 1 por mil desse total). Muito conservadores, os salafistas fazem muito pouca política e são movidos por uma lógica da pureza. Muitos aderentes ao salafismo fizeram-no por não se sentirem franceses. O salafismo corresponde a uma nova socialização, devido a uma ruptura com o elo social anterior. A argelina FIS (Frente Islâmica da Salvação) é uma hibridação do salafismo. Cf. Adraoui (2005).

31 Khiari (2006).

de tal modo que chegou à segunda volta das eleições nas presidenciais de 2002. O discurso relativo à prevenção deu lugar a um discurso mais securitário, sobre o tema da perda dos valores cívicos. A agenda europeia, com base no artigo 13.º do Tratado de Amesterdão, de 1997, obrigou a França a aplicar uma política de luta contra as discriminações. A sua implementação tem-se revelado difícil num país que vive há duzentos anos com o mito da igualdade formal de direitos entre todos os cidadãos. À luz do código da nacionalidade, sucessivamente modificado em 1993 (Lei Pasqua-Méhaignerie) e 1998 (Lei Guigou), os “jovens” são quase todos franceses, quer por terem nascido em França, quer por ali terem vivido vários anos antes de atingir a maioridade. Foram criadas instituições como o GELD (Grupo de Estudo e de Luta contra as Discriminações, em 1999), com um número verde gratuito para as vítimas ou testemunhas de discriminações, as Codac (Comissões de Acesso à Cidadania), mas essas iniciativas não tiveram grande efeito. O Fundo de Acção Social (FAS) transformou-se em FASILD (acrescentando à sigla inicial a integração e a luta contra as discriminações). Em 2001 e 2002 foram votadas duas leis contra a discriminação, nomeadamente no trabalho, com a inversão do ónus da prova (passando a ser o empregador a ter de provar que não praticou discriminação). Este dispositivo é o antepassado da HALDE (Alta Autoridade para a Luta Contra as Discriminações e pela Igualdade). Em 2000 foi criada a Comissão Nacional de Deontologia da Segurança, presidida por Pierre Truche, antigo presidente do Supremo Tribunal, em cujo relatório de 2005 revelou as discriminações policiais, ficando a saber-se que as vítimas são sobretudo jovens entre os 18 e os 35 anos interpelados nos subúrbios “pobres” da região parisiense e referindo-se a maior parte dos casos aos departamentos 93 (Seine-Saint-Denis) e 95 (Val d’Oise). Do outro lado, polícias muito jovens, raramente originários dos bairros onde intervêm, nomeados em início de carreira para estas zonas reconhecidamente difíceis para encetarem a sua “formação”. Os motivos de intervenção são com frequência os mesmos: repetidas identificações, seguidas de vivas disputas de que resultam situações de “ultraje e rebelião”, intervenções de GTPI (gestos técnicos profissionais de intervenção), utilização de armas de serviço de uso defensivo, detenções nas esquadras e hospitalizações. Segundo parece, o diálogo poderia evitar muitos litígios. O contexto geral, associado aos bairros classificados como “sensíveis” ou “quentes” e às contendas entre vizinhos (ajuntamentos de jovens durante a noite, barulho), bem como a juventude dos queixosos, constitui muitas vezes um factor agravante. O indivíduo desaparece por detrás da identificação étnica, as forças da ordem procedem a uma amálgama deliberada entre populações “visíveis”, criminalidade e bairros sensíveis. Os interpelados não são encarados como cidadãos normais e não são identificados independentemente da sua suposta pertença ao grupo de referência. Longe dos preconceitos em vigor, muitos dos interpelados são jovens sem cadastro, alguns com formação superior, ocupam empregos qualificados e são apreciados onde vivem e trabalham. A lei do silêncio acompanha amiúde estas alterações policiais. Simetricamente, os moradores destes bairros têm uma ideia negativa da acção dos serviços policiais e dos serviços públicos.³²

32 Commission Nationale de Déontologie de la Sécurité (2005).

Apesar das demonstradas discriminações no trabalho (tanto na contratação³³ como no facto de haver empregos vedados aos estrangeiros), no acesso à justiça, à habitação e nas relações com a polícia,³⁴ as políticas públicas continuaram a ser pouco receptivas a estes problemas, apegadas como estavam ao modelo de cidadania inspirador da filosofia da integração à francesa. Nos subúrbios, os jovens mobilizaram-se; ao mesmo tempo que o MIB (Movimento Imigração Subúrbios) continuou a lutar pela abolição das penas duplas (obtida em 2002), as raparigas iniciaram protestos contra o machismo dos seus parceiros masculinos e contra o inferno de repetidas violações colectivas (caso do movimento “Nem Putas nem Submissas”), virando-se outros de novo para a acção política, como em Toulouse com a lista Motivé(es), nas eleições municipais de 2001. Mas os que confiavam numa solução política continuaram muitas vezes a desempenhar localmente o papel dos “árabes de serviço”, tanto nas listas eleitorais (inclusive na Frente Nacional, com os filhos de *harkis*) como depois de eleitos, porque raramente lhes eram atribuídos lugares importantes sem relação com os “subúrbios”.

As direcções dos partidos políticos ou os parlamentos francês e europeu só muito parcimoniosamente se abrem a estas novas elites, de currículos por vezes exemplares (podemos citar Malek Boutih, membro da direcção do Partido Socialista, Harlem Désir, deputado europeu socialista e antigo presidente da SOS Racismo, ou Halima Thierry-Boumedienne, senadora dos Verdes e ex-deputada europeia), que valorizam o seu percurso escolar, desportivo ou associativo mas que para muita gente continuam a ser cidadãos ilegítimos. Não podem ser admitidos nas grandes escolas³⁵ porque os liceus suburbanos não dispõem de nenhuma preparação para esse tipo de ensino; o exemplo do Instituto de Estudos Políticos de Paris, que abriu um sector especial para os alunos das ZEP, continua a ser uma iniciativa bastante isolada, embora tenha começado a suscitar concorrentes. São exibidas algumas excepções, como, obviamente, o caso de Zinedine Zidane, vencedor do campeonato mundial de futebol em 1998, mas que não é representativo. Os que têm percursos escolares excepcionais permanecem num maior anonimato. Para contrariar a imagem negativa criada por um crescente sentimento de insegurança, que aumenta ao ponto de se ter tornado a questão central nas eleições presidenciais de 2002, as políticas públicas prosseguem a sua visualização “étnica”: depois de Tokia Saïfi, secretária de Estado do Desenvolvimento Sustentável, seguiu-se a nomeação de um governador civil e de um reitor “muçulmanos”, bem como do romancista Azouz Begag, a quem foi atribuído, em 2005, o cargo de ministro-adjunto para a promoção da igualdade de oportunidades.

Enquanto isso, o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, reforçou a luta contra a insegurança nos subúrbios (supressão do policiamento de proximidade, proibição de ajuntamentos à entrada dos prédios, interpelações policiais), visando sobretudo

33 Bataille (1997).

34 Body-Gendrot e Wenden (2003).

35 Estabelecimentos de ensino superior que se caracterizam, entre outras coisas, por uma selecção inicial dos candidatos, em geral através de concurso ou com base em títulos, por um elevado nível de estudos e por um reduzido número de alunos. (*N. da T.*)

restaurar a autoridade do estado. No verão de 2005 propôs-se organizar uma “limpeza dos subúrbios”, contra a “escumalha”. Para gerir o Islão, à semelhança do que fizera em 1989 o seu antecessor Pierre Joxe, recorreu a um interlocutor encarregado de ocupar-se, no contexto do laicismo, do culto muçulmano, através da criação, em 2003, do CFCM (Conselho Francês do Culto Muçulmano). Por seu turno, o chefe de estado procurou pôr fim à querela relativa ao uso do véu islâmico no ensino público, com a promulgação, em 2004, da lei sobre a interdição de símbolos religiosos “ostensivos”, cabendo aos directores das escolas a avaliação dessa característica. Foram igualmente adoptadas outras medidas (Lei Borloo, de 2003) sobre a insegurança e o desenvolvimento económico, que se focalizaram no habitat construído, na supressão dos empregos para jovens e dos empregos de solidariedade, e que puseram em causa o financiamento das associações, tendo sido anunciado um vasto programa de demolição dos equipamentos sociais.

Tudo indica que a ausência de mobilidade é um importante factor de exclusão. Terão essas políticas respostas para isso?

A crise de Novembro de 2005, as suas hipóteses e o seu impacto

A crise de Novembro de 2005,³⁶ consubstanciada em duas semanas de violências urbanas, abalou muito a França ao pôr em causa a validade do modelo de integração republicana — de que este país ainda se declarava orgulhoso após os atentados ocorridos em Londres em Julho de 2005. Veículos e contentores incendiados, ataques a esquadras de polícia, centros comerciais, creches, escolas com equipamentos desportivos e empresas, em particular nos subúrbios da zona norte de Paris, bem como em Toulouse e nos subúrbios de Lyon. Esses danos vieram juntar-se aos cerca de 70.000 casos de violências urbanas ocorridos desde Janeiro de 2005. Desencadeados pela morte por electrocussão de dois adolescentes que se julgavam perseguidos pela polícia devido a um roubo cometido num estaleiro de obras e que se refugiaram num transformador da EDF (rede eléctrica nacional), os tumultos alastraram a partir de Clichy-sous-Bois, chegando a fragilizar as cúpulas do estado e a criar no estrangeiro a imagem de uma França debilitada pelos seus subúrbios. Para explicar a crise dos subúrbios, foram avançadas as hipóteses mais diversas: bandos organizados, ausência de autoridade parental, poligamia, manipulações por grupos islamitas exteriores, sentimento da ausência de futuro, desemprego, discriminações.

Para além das medidas de emergência então aplicadas, vale a pena arriscar algumas hipóteses explicativas dessa crise.³⁷ Desde logo, o ritual da mobilização: os jovens dos subúrbios costumam dar mostras de solidariedade quando um dos seus morre na sequência de operações policiais. Podem ser mobilizações silenciosas, mas podem também ser explosões de violência, motivadas pelo sentimento de

36 Ver o dossiê “Retour sur les émeutes urbaines”, organizado pela revista *Esprit*, Dezembro de 2005, pp. 3-55.

37 Para uma análise dos motins, ver Lagrange e Oberti (2006). Sobre a mobilização política, ver, designadamente, o capítulo de Fabien Jobard em *Sociologie Politique de la Racaille*.

discriminação policial, de impunidade das forças da ordem e da não igualdade de tratamento.

Depois, as discriminações: desde há vinte e cinco anos, estas reivindicações são um *leit motiv* da prática associativa, sem que os poderes públicos tenham dado qualquer resposta a tais questões. Outras discriminações devem ser inscritas no enclausuramento resultante das políticas urbanas. Estas puseram a tónica na renovação do habitat colectivo, por iniciativa das autarquias, descurando por vezes os percursos das famílias e dos indivíduos, dando poucas oportunidades às pessoas que desejavam sair dos subúrbios, quer por causa da escola (sistema de sucessivas exclusões, segundo as orientações escolares),³⁸ quer por causa do alojamento: manutenção do mapa escolar, actividades de lazer balizadas nos “subúrbios”, discriminação residencial em nome do respeito pela mescla social no habitat, acções esporádicas contra a discriminação na contratação, incitamento à apropriação do espaço através da promoção da participação local, em vez de uma mobilidade que permitisse aos interessados levar a cabo projectos promocionais. O resultado foi uma espiral de banimento social, combinando etnicização e empobrecimento dos bairros, dando aos moradores poucas esperanças de saírem do determinismo decorrente do local de habitação. Um outro aspecto a considerar é a crise do modelo republicano: a haver um modelo republicano (as políticas locais são felizmente mais pragmáticas), os subúrbios incendiados não são necessariamente representativos de todo o habitat social em França nem de todos os jovens oriundos da imigração. É certo que a dimensão lúdica dos incêndios, com o seu grande eco televisivo, terá tido um efeito de contágio na propagação de uns subúrbios para os outros. Mas a mobilização, em si mesma, foi pouco estruturada: sem palavras de ordem nem lemas, sem líderes nem “tropas”.

E o Islão? Embora a referência ao Islão possa constituir uma fuga ao quotidiano, não foi em nome de Alá que os jovens (católicos e muçulmanos) incendiaram os automóveis, nem eles exibiram um qualquer *slogan* religioso. A referência aos “territórios ocupados”, onde os jovens tentaram impedir os polícias de penetrar, a influência das antenas parabólicas que os puseram em contacto diário com o canal Al Jazira, do Qatar, não os separou da França, porque as suas referências são múltiplas. Pelo contrário, algumas associações muçulmanas ofereceram-se para agir como mediadoras nos bairros. A crise de 2005 foi antes expressão de uma extrema frustração perante as desigualdades sociais, a falta de respeito, a não igualdade de direitos e oportunidades, o desemprego maciço dos jovens mais velhos e dos seus pais, que a todos transmite um sentimento de aniquilação. Teve uma dimensão geracional e social, mais do que religiosa e étnica. Em certo sentido, foi sobretudo o sinal duma reacção à estagnação: os jovens dos subúrbios queriam ser franceses mas tinham o sentimento de ter sido enganados, por esbarrarem nas discriminações decorrentes da origem étnica, social, geográfica, religiosa e da cor da pele. Não foi dada nenhuma resposta à possibilidade de as pessoas saírem dos subúrbios para encontrarem uma solução para as suas vidas. No tratamento das situações sociais

38 Lorcerie (2005).

dos indivíduos, as lógicas de exclusão levam a melhor. Ora, a maior parte das análises mostram que as pessoas que conseguiram escapar ao determinismo da pertença são precisamente as que adoptaram uma estratégia de inscrição na miscigenação residencial.

Gerações oriundas da imigração: franceses como os demais?

A maior parte dos jovens dos subúrbios não participou nos tumultos. Apesar das discriminações, da instabilidade salarial e do recuo do estado social (entre 1995 e a actualidade o financiamento das associações diminuiu drasticamente), alguns de entre eles acederam à classe média, saindo do mundo operário graças ao ensino público, à universidade (periférica das grandes metrópoles), à entrada na função pública (no ensino primário e secundário, no exército e na polícia, duas instituições de “branqueamento” face às discriminações sobre os menos escolarizados), às profissões cidadinas e ao trabalho social, à profissionalização associativa. Como refere Azouz Begag, esses são “os que despertam”. Esses jovens tomam iniciativas, consideram-se “franceses como os demais”,³⁹ a sua lealdade à França é total,⁴⁰ a sua atitude é individual, mas apesar disso a opinião pública questiona-os incansavelmente a respeito da sua integração, da sua religião e do seu comunitarismo.

Um estudo de Sylvain Brouard e Vincent Tiberj abalou muitos preconceitos. Apoiando-se nos resultados de duas sondagens efectuadas em Abril de 2005 junto de uma amostra representativa da população francesa (1003 pessoas com 18 ou mais anos de idade), estes autores mostraram que o Islão não é um factor de retirada da sociedade francesa, que a maioria destas pessoas está aberta à laicidade, aos casamentos mistos (o fenómeno da reislamização dirá apenas respeito a 10% de entre elas) e que quase todas confiam no sistema político francês. Legitimistas a respeito do poder vigente, declaram-se mais próximas da esquerda socialista (76%), eleitoralmente pouco permeáveis a medidas específicas, marcadas por uma cultura do sucesso material, mais conservadoras em matéria de costumes do que os outros franceses, menos racistas em geral mas mais anti-semitas em particular, sensíveis às políticas de discriminação positiva e de igualdade de oportunidades, pouco ligadas ao país de origem dos pais, mais próximas dos franceses do que dos seus correligionários muçulmanos, praticantes dum comunitarismo de situação. Em suma, são franceses com certas particularidades: mais à esquerda, mais religiosos, mais anti-semitas, mais abstencionistas, mais predispostos à participação, mais intolerantes nos costumes, menos marcados pelas suas identidades socioprofissionais que os seus homólogos franceses “de cepa”. Mas não são considerados franceses como os demais.

A mesma constatação se pode fazer entre aqueles que escolheram uma profissão onde pensavam poder libertar-se do olhar que sobre eles recaía em função das suas origens ou supostas pertenças. Entre os militares filhos de imigrantes, que escolheram essa profissão para se libertarem do meio onde viviam e do racismo na

39 Título do livro de Brouard e Tiberj (2005).

40 Bertossi e Wenden (2005).

contratação, todos se consideram acima de tudo franceses, sem sentimentalismos perante a ideia de irem combater num país muçulmano, ao mesmo tempo que desejam ver respeitada a sua identidade religiosa na consideração dos seus interditos alimentares. Como diz um dos entrevistados da referida sondagem, referindo-se aos seus homólogos militares franceses “de cepa”, “eles darão um passo em frente quando compreenderem que nós somos franceses”. Acreditam profundamente nos valores da cidadania à francesa, identificam-se com a bandeira, esperam deixar de ser uma “minoría visível” entre os militares, mas vêem frequentemente os colegas remeterem-nos para as suas origens e para a sua pertença a uma suposta comunidade: a dos bairros pobres, dos árabes, dos muçulmanos, dos delinquentes. Deram um passo de cidadania optando por uma carreira no exército — e atribuí-se-lhes uma identidade colectiva com a qual não se identificam porque desejam furtar-se-lhe projectando-se num destino individual.⁴¹ Entre as mulheres que exercem uma actividade profissional, menos sujeitas ao racismo, a adesão aos valores de cidadania é ainda mais forte, apesar de uma prática religiosa mais frequente do que nos seus homólogos masculinos, sendo ainda maior o seu desejo de independência, inclusive entre as que se propõem conciliar tradição e modernidade. Empregos étnicos, com frequência muito criativos, surgem nos interstícios de um mercado de trabalho muito segmentado, empregando compatriotas e consolidando o tecido urbano em bairros amiúde degradados. A classe média financia as mesquitas e coopera com as câmaras municipais. Deste modo, contrariamente à ideia comum, a integração (de contornos vagos e muito subjectivos) prossegue, apesar do desemprego persistente nas zonas ditas “sensíveis”, apesar duma territorialização da pobreza coincidente com a etnicização dos territórios, apesar das redes transnacionais de carácter religioso ou étnico que procuram influir numa população tanto mais maleável quanto procura identidade e reconhecimento e muitas vezes tem apenas um frágil conhecimento do Islão.

A população dos subúrbios faz decisivamente parte da sociedade francesa e inscreve-se em porções inteiras de uma cultura jovem, popular e mestiça, multicultural, fazendo das grandes metrópoles francesas um reflexo da mundialização das culturas. A esta integração “por baixo” junta-se a assunção da sua presença “por cima”; com efeito, estes novos cidadãos são também eleitores potenciais, consumidores, utentes. Um museu, a Cidade Nacional para a História da Imigração, que tem por divisa “a história deles é a nossa história”, abrirá ao público em 2007. A banalização da sua presença torna-se mais urgente que a complacência eleitoralista com a exemplaridade mediatizada de alguns porta-estandartes.

Conclusão

De há trinta anos para cá, a expansão espacial das metrópoles francesas tem vindo a exacerbar as lógicas segregativas que prejudicam a mescla social, acentuando a

41 Estes resultados são confirmados por outros estudos no terreno: Rybert (2006).

transformação em guetos do habitat social sem dar a palavra aos seus moradores, ou porque são estrangeiros, ou porque, mesmo sendo franceses, não são considerados interlocutores legítimos, suspeitos de marginalidade e de comunitarismo. Esta expansão levou a tratar os problemas essencialmente através da segurança, da mediação e da reabilitação do habitat, negligenciando por vezes outras pistas.⁴²

No jogo da oferta e da procura política em que se inscrevem, de há mais de trinta anos a esta parte, as populações oriundas da imigração que vivem nos subúrbios, somos obrigados a constatar a divergência que se estabeleceu entre as suas reivindicações e as respostas dadas. A maior parte das exigências com vista a favorecer o reconhecimento e a participação não foram atendidas: direito de voto e elegibilidade local dos estrangeiros, sensibilização dos agentes da autoridade para a necessidade de se lutar contra o racismo para pôr fim às discriminações e aos maus-tratos, abertura dos territórios para inscrever os bairros na mobilidade geográfica e social, bem como na mescla cultural, acentuando o respeito pela igualdade de direitos e de oportunidades na escola, pela formação e pelo acesso ao emprego, presença das populações oriundas da imigração nas direcções dos partidos e nas assembleias parlamentares. Muitas respostas limitaram-se a dar satisfações a curto prazo, destinadas a agradar a uma eventual clientela eleitoral mas sem continuidade no respeitante à grande maioria da população em causa, tendo sido nomeados ministros e altos funcionários de origem imigrante com atribuições por vezes simbólicas, ou sido eleitos autarcas e responsáveis associativos cujas responsabilidades remetem para as suas supostas especificidades — ou seja, muitas lantejoulas mas poucas acções em profundidade. As políticas públicas, apoiadas pelos autarcas, têm-se aplicado mais a melhorar os lugares de habitação do que a vida das pessoas, tentando apegar os moradores aos seus bairros mais do que ajudá-los a encontrar soluções para as suas vidas.⁴³ Os amotinados de Novembro de 2005, tal como os de 1980 e 1990, ou como a maioria dos franceses filhos de imigrantes que não participaram nessas manifestações, não criticam o modelo republicano propriamente dito, criticam, isso sim, o facto de o modelo republicano não funcionar no que a eles diz respeito.⁴⁴ Não contestam a república, querem sim fazer parte dela.

[Tradução de Susana Serras Pereira]

Referências bibliográficas

- AA.VV. (2005), “Retour sur les émeutes urbaines”, *Esprit*, Dezembro de 2005, pp. 3-55.
Adraoui, Mohammed (2005), *Le Salafisme* (dissertação de DEA), Paris, IEP.
Bataille, Philippe (1997), *Le Racisme au Travail*, Paris, La Découverte.
Bertossi, Christophe, e Catherine Wihtol de Wenden (2005), “Les militaires français issus de l’immigration”, *Documents du C2SD*, 78, Paris, La Documentation Française.

42 Testard-Vaillant (2006: 22-23).

43 Esta constatação corresponde à análise feita por Donzelot (2006).

44 Weil (2005).

- Blanc, Maurice (2005), "Politique de la Ville: une exception française?", *Les Cahiers de l'Orient*, 80, pp. 71-86.
- Body-Gendrot, Sophie, e Catherine Wihtol de Wenden (2003), *Police et Discriminations: Le Tabou Français*, Paris, L'Atelier.
- Brouard, Sylvain, e Vincent Tiberj (2005), *Français Comme les Autres*, Paris, Presses de Sciences Po.
- Cesari, Jocelyne (1999), *Musulmans et Républicains: Les Jeunes, l'Islam et la France*, Bruxelles, Complexe.
- CNRS (1988), *Les OS dans l'Industrie Automobile*, Paris, Méridiens-Klinsieck.
- Commission Nationale de Déontologie de la Sécurité (2005), "Étude sur la part des discriminations dans les manquements à la déontologie", *Rapport 2004*, Paris, La Documentation Française, pp. 493-523.
- Donzelot, Jacques (2006), *Quand la Ville se Défait: Quelle Politique Face à la Crise des Banlieues?*, Paris, Seuil.
- Fourcaut, Annie (1993), "Banlieues d'hier: les zoniers de Paris", *Panoramiques*, 12, pp. 14-17.
- Geisser, Vincent (1997), *Ethnicité Républicaine*, Paris, Presses de Sciences Po.
- Hervo, Monique, e Marie-Ange Charras (1968), *Bidonvilles, l'Enlèvement*, Paris, Maspero.
- Jazouli, Adil (1993), "Banlieuscopie: la politique de la ville est une sorte de millefeuille", *Panoramique*, 12, pp. 147-151.
- Kepel, Gilles (1987), *Les Banlieues de l'Islam*, Paris, Seuil.
- Khiari, Sadri (2006), *Pour une Politique de la Racaille: Immigré-e-s, Indigènes et Jeunes de Banlieue*, Paris, Texuel, col. La Discorde.
- Lagrange, Hugues, e Marco Oberti (orgs.) (2006), *Émeutes Urbaines et Protestations*, Paris, Presses de Sciences Po.
- Linhart, Daniel (1977), *L'Établi*, Seuil, Paris.
- Lorcerie, Françoise (org.) (2005), *L'École et le Défi Ethnique: Éducation et Intégration*, Paris, ESF.
- Mouriaux, René, e Catherine Wihtol de Wenden (1988), "Syndicalisme français et islam", em Rémy Leveau e Gilles Kepel (orgs.), *Les Musulmans dans la Société Française*, Paris, Presses de la FNSP.
- Pors, Anicet Le (1977), *Immigration et Développement Économique et Social*, Paris, La Documentation Française.
- Roux, Michel (1991), *Les Harkis, les Oubliés de l'Histoire*, Paris, La Découverte.
- Rybert, Evelyne (2006), *Liberté, Égalité, Carte d'Identité: Les Jeunes Issus de l'Immigration et l'Appartenance Nationale*, Paris, La Découverte.
- Testard-Vaillant, Philippe (2006), "Pas de quartiers pour les ghettos", dossier Des Clés pour Mieux Vivre la Ville, *Le Journal du CNRS*, 197, pp. 22-23.
- Tribalat, Michèle (1995), *Faire France*, Paris, La Découverte.
- Vieillard-Baron, Hervé (2004), "De la difficulté à cerner les territoires du religieux: le cas de l'islam en France", *Annales de Géographie*, 640, pp. 563-587.
- Volovitch-Tavares, Marie-Christine (1995), *Le Temps des Baraques*, Paris, Autrement, col. Gens d'Ici, Français d'Ailleurs.
- Weil, Patrick (2005), *La République et sa Diversité*, Paris, Seuil.
- Wenden, Catherine Wihtol de (1983), "La seconde génération", *Projet*, 171-172.
- Wenden, Catherine Wihtol de (1988a), "Immigration, citoyenneté, nationalité", *Les Cahiers de l'Orient*, 11.

- Wenden, Catherine Wihtol de (1988b), *Les Immigrés et la Politique: Cent-cinquante Ans d'Évolution*, Paris, Presses de la FNSP.
- Wenden, Catherine Wihtol de (2001), "Le vote immigré", em Pascal Perrinau e Alain Régnier (orgs.), *Dictionnaire du Vote*, Paris, PUF, pp. 509-513.
- Wenden, Catherine Wihtol de, e Rémy Leveau (2001), *La Bourgeoisie: Les Trois Âges de la Vie Associative Issue de l'Immigration*, Paris, CNRS Éditions.
- Wieviorka, Michel (1992), *La France Raciste*, Paris, Seuil.
- Zehraoui, Ahsène (1992), "Les cités de banlieue: idéologies, discours et réalité", *Les Temps Modernes*, 545-546, pp. 209-223.

Catherine Wihtol de Wenden. CNRS (CERI).
E-mail: dewenden@ceri-sciences-po.org.

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen

Uma história dos subúrbios

Este artigo analisa a história dos subúrbios das metrópoles francesas no que respeita aos processos de integração das populações imigrantes. Tomando como ponto de partida os acontecimentos do outono de 2005, a análise centra-se em três períodos, correspondentes às últimas três décadas e caracterizados por estarem associados a diferentes contextos urbanos, a distintos actores e mobilizações. O artigo aborda ainda as políticas públicas desenvolvidas em cada período, concluindo não terem sido dadas respostas à maior parte das exigências destes imigrantes quanto à criação de medidas favorecedoras do seu reconhecimento e da sua participação social e cívica, tendo-se privilegiado medidas de curto prazo e de satisfação de algumas clientelas eleitorais.

Palavras-chave imigração, subúrbios, integração, outono de 2005, políticas públicas.

A suburbs tale

This article analyses the history of the integration of immigrant populations in the suburbs of French cities. Using the events of autumn 2005 as a starting point, our analysis focuses on three periods, the last three decades, which are associated with different urban contexts, players and mobilisations. We also address the public policies in each period and conclude that no response was provided to most of the demands of these immigrants regarding measures favouring their recognition and social and civic participation. Most of the measures were short term and merely satisfied some electoral clienteles.

Key-words immigration, suburbs, integration, autumn 2005, public policies.

Une histoire des banlieues

Cet article analyse l'histoire des banlieues des métropoles françaises en ce qui concerne les processus d'intégration des populations immigrées. En partant des événements de l'automne de 2005, l'analyse se centre en trois périodes, correspondant aux trois dernières décades et caractérisés par leur liaison à différents contextes urbains, à des acteurs et mobilisations distingués. L'article nous parle aussi des politiques publiques développées en chaque période, en concluant que la plupart des exigences de ces immigrants n'ont pas eu aucune réponse en ce qui concerne la création de mesures favorables à leur reconnaissance et à leur participation sociale et civique, en ayant privilégié les mesures de bref délai et de satisfaction de certaines clientèles électorales.

Mots-clés immigration, banlieues, intégration, automne de 2005, politiques publiques.

Una historia de los suburbios

Este artículo analiza la historia de los suburbios de las metrópolis francesas en lo que respecta a procesos de integración de poblaciones inmigrantes. Tomando como punto de partida los sucesos de otoño de 2005, el análisis se centra en tres períodos, correspondientes a las últimas tres décadas, y caracterizados por estar asociados a diferentes contextos urbanos, a distintos actores y movilizaciones. El artículo aborda también, las políticas públicas desarrolladas en cada período, concluyendo que no fueron dadas respuestas a la mayor parte de las exigencias de estos inmigrantes, en relación a la creación de medidas a favor de su reconocimiento y de su participación social y cívica, habiéndose privilegiado medidas de corto plazo y de satisfacción de algunas clientelas electorales.

Palabras-llave inmigración, suburbios, integración, otoño de 2005, políticas públicas.

